

## A MÍDIA E A CIENTISTOCRACIA BRASILEIRA

**José Maria Filardo Bassalo**

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF/MCT  
Rua Dr. Xavier Sigaud, 150  
22290-180 – Urca, Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Endereço Permanente  
Departamento de Física – UFPA  
Campus Universitário do Guama  
66075-900 – Belém, PA - Brasil  
[www.amazon.com.br/bassalo](http://www.amazon.com.br/bassalo)

De vez em quando a mídia escrita brasileira divulga, com certo destaque e repercussões nas demais mídias, dados relativos à produtividade intelectual das Universidades brasileiras (preferencialmente as estatais), coletados em órgãos estatais criados para aperfeiçoar e fomentar o ensino, a extensão e a pesquisa brasileiras, solicitados por cientistas desses órgãos que, na maioria das vezes, estão fora das Universidades, os quais, há algum tempo, denomino de **cientistocratas**.

Essas críticas geralmente têm um alvo certo: a Universidade de São Paulo (USP), pois, com justiça, é uma das melhores Universidades Latino-americanas. Lembro-me, por exemplo, de que, no final de 1972, quando eu me preparava para defender o Mestrado em Física nessa Universidade (ocorrido somente em 30 de abril de 1973), o jornal *O Estado de São Paulo* apresentou a seguinte manchete: “Doutorados de mão cheia na USP”. Tratava-se do seguinte. Para obter o doutoramento na USP, bastava que o candidato defendesse sua tese na presença de uma Banca Examinadora, sem seguir o “ritual norte-americano”, isto é, fazer cursos pós-graduados regulares e submeter-se ao “qualifying” (*Exame de Qualificação*), critério que seria adotado a partir de 1973. Desse modo, muitos candidatos (professores ou não) aproveitaram a Legislação em vigor, o que motivou a matéria jornalística referida.

Na década de 1980 (me parece que foi em sua metade), novas matérias jornalísticas voltaram a criticar a USP. Com efeito, o leitor não muito jovem, como eu, deve lembrar-se do escândalo referente aos “improdutivos” da USP, dentre os quais situavam-se professores uspianos consagrados.

Já na década de 1990, novas críticas voltaram a ser veiculadas na mídia sobre a “improdutividade” dos professores universitários. Desta vez o alvo foram os cursos pós-graduados de Universidades (públicas e privadas) que recebiam verbas da *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES). Assim, em 29 outubro de 1995, o *Jornal do Brasil* divulgou “a lista negra da pós-graduação brasileira”. Nessa lista, preparada pela CAPES, constavam cursos pós-graduados [mestrado (M) e doutorado (D)] daquelas Universidades e que foram “reprovados” ou colocados em “segunda época”. Por exemplo, o Mestrado em Física da Universidade Federal do Pará (UFPA) recebeu o seguinte parecer: “Pesquisa ruim em relação à qualificação dos professores; maioria dos docentes não apresenta produção científica; sem

produção dos alunos; “recomenda-se fortemente a desativação do curso”. Registre-se que o nosso Mestrado havia sido criado em 1986 e, até aquela data, pouco ou quase nada havia recebido de ajuda financeira da CAPES. Os seus cientistocratas haviam materializado o famoso apotegma do economista sueco, o Nobel (1974) Gunnar Myrdal: “O pobre é pobre porque é pobre”.

Em agosto de 1998, uma nova metodologia foi utilizada pela CAPES para avaliar os 1.297 cursos pós-graduados (M, D) brasileiros. Desta vez, foi atribuída uma nota, que variava de 1 a 5, para os mestrados, e de 1 a 7, para os doutorados, com o corte na nota 3. Assim, o curso que houvesse recebido nota abaixo desse valor ficaria sem auxílio financeiro e, mais ainda, caso não melhorasse (sic!), seria desativado. O Mestrado de Física da UFPA ficou com a nota 2, e, desse modo, continuávamos “myrdalianos”, uma vez que, entre 1996 e 1999, a CAPES só deu quatro (4) bolsas para o nosso Mestrado.

Nos dias 12 e 15 de setembro de 1999, a *Folha de São Paulo* divulgou listas as quais indicavam que apenas poucos professores universitários brasileiros tinham sua produção intelectual citada por seus pares estrangeiros, citações essas que se encontravam no **Institute for Scientific Information**. Desde então, me parece, esse “ranking” funciona como um verdadeiro paradigma da *cientistocracia estatal brasileira*. Registre-se que nenhum professor nortista figurou nessa lista.

Entre junho e julho de 2001, o *Ministério de Ciência e Tecnologia* (MCT) encomendou pareceres de avaliação dos seus Institutos de Pesquisa. Dentre esses pareceres, o que causou mais estardalhaço foi o relativo ao *Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas* (CBPF), conforme matéria publicada na *Folha de São Paulo* no dia 23 de setembro de 2001. Segundo sugestão dos pareceristas, o CBPF deveria ser fechado, sendo que, de seu corpo de pesquisadores (cerca de 60), apenas 12 deveriam ser aproveitados por serem “produtivos” (o grifo é meu). É curioso observar que dos 239 físicos listados pela *Folha*, em 1999, apenas 17 eram do CBPF.

Eu não preciso fazer a apologia do CBPF, pois sua brilhante e importante história já foi contada em vários artigos e livros. Quero apenas dizer que NÃO EXISTE nenhum Departamento (ou mesmo Instituto) de Física, em qualquer Universidade (privada ou pública) desse imenso Brasil (incluindo capitais e cidades de seu interior) que não tenha tido a participação (direta ou indireta) do CBPF. Portanto, acabar com o CBPF é um crime de “lesa-ciência”.

Em agosto de 2001, o *Ministério da Educação* (MEC) preparou um “ranking” das 39 Universidades federais públicas brasileiras academicamente eficientes. E, dentre elas, a UFPA ficou em nonagésimo lugar, com a nota 3.9. Esse “ranking” foi liderado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com a nota 6.7. Registre-se que a UFPA não teve nenhum físico citado na lista de 1999 da *Folha* e a UFRJ teve apenas 15 físicos citados.

Com a adoção do “provão” por parte do MEC, novas matérias têm saído na mídia brasileira anunciando que alguns cursos de instituições de ensino superior privado e público serão fechados por “improdutividade” de seus professores. Acrescido a isso, a mídia volta a registrar as novas avaliações que a CAPES continua realizando dos Cursos de Pós-Graduação (*stricto sensu*) dessas mesmas instituições nela credenciados. Por exemplo, é o caso do Mestrado em Física da UFPA que, em 1999, havia recebido a “nota” 2,

conforme dissemos acima e, nessa nova matéria, está ameaçado de ser fechado, muito embora ele conte com 15 doutores em seu Corpo Docente, com produção científica igual, às vezes melhor, do que muitos Cursos da UFPA que foram aprovados pela CAPES.

O argumento utilizado pelos cientistocratas da CAPES para essa distorção é o de que os critérios usados pelos seus vários Comitês é completamente diferente. Por exemplo, o comitê de Física toma a produção científica das Universidades do Sul e do Sudeste brasileiros como paradigma.

Na conclusão deste artigo, gostaria de fazer uma sugestão para a nova Reitoria da UFPA. Ela deve discutir com a CAPES a possibilidade de esta usar critérios diferentes para os Cursos de Pós-Graduação das Universidades Nortistas, levando em conta que as condições de trabalho dos pesquisadores dessas Universidades são bastante diferentes das demais Universidades Brasileiras, uma vez que os recursos das agências financiadoras de pesquisa são parcamente distribuídos para essas Universidades. Se isso não acontecer, a UFPA (e, provavelmente, as demais Universidades Nortistas) corre o risco de tornar estéril o sacrificante investimento que tem feito na formação de seus doutores, como acontece, por exemplo, com o Departamento de Física da UFPA, cujo hercúleo trabalho de quarenta (40) anos na busca da melhoria intelectual de seu Corpo Docente será transformado em um grupo de pesquisadores fazedores de "papers" que serão ou não aproveitados pelo Primeiro Mundo. É oportuno dizer que a manutenção de um Mestrado ou de um Doutorado próprios de cada instituição de ensino superior é importante para estimular estudantes e dirigi-los para resolver problemas científico-tecnológicos inerentes a sua cidade ou região.

Creio ser também oportuno dizer algo sobre o aproveitamento, por parte do Primeiro Mundo, das pesquisas realizadas pelos físicos do Terceiro Mundo, em particular do Brasil. Por exemplo, nos três volumes da obra intitulada **Twentieth Century Physics**, editado por Laurie M. Brown, Abraham Pais e Sir Brian Pippard e publicada pelo *Institute of Physics Publishing* (Bristol and Philadelphia) e *American Institute of Physics Press* (New York), em 1995, apenas três (3) físicos brasileiros aparecem citados nessa publicação. O irônico disso é que os três foram fundadores do CBPF, instituição essa que, conforme vimos, a cientistocracia brasileira quer reformular (sic!).